# IV. As Ações Judiciais

No dia 1º de maio, o primeiro domingo após a reunião, explicamos do púlpito em todas as nossas capelas os pontos de desacordo com Dom Lefebvre e por que precisaríamos adotar uma posição firme diante de seus atos. Com algumas exceções, a reação de nossos paroquianos foi de contrariedade em relação ao arcebispo e apoio à nossa posição como padres. O mesmo ocorreu com os dois outros padres que estavam conosco naquele momento, os padres Roy Randolph e John Hesson.

Alguns dias após a reunião de 27 de abril, nosso advogado contatou o advogado do arcebispo (o mesmo que havia originalmente constituído as associações leigas "Amigas") para sondar a possibilidade de um acordo. Nosso advogado nos disse que tinha a impressão de que o arcebispo e seus conselheiros não estavam seriamente interessados em uma negociação e que pareciam pensar que venceriam rápida e facilmente em tribunal. Portanto, ele disse, esperem ser processados. Mas ele mesmo pensava que o litígio seria longo e prejudicial, e que terminaria com um acordo negociado.

## A. O Arcebispo Apresenta Queixa

A batalha jurídica começou no verão de 1983, quando o arcebispo e sua organização processaram-nos no Tribunal de Distrito do Distrito Leste de Nova York – em outras palavras, o sistema federal, em vez do tribunal estadual.

Um autor requerente inicia os processos preenchendo um documento chamado "*Complaint*" junto ao tribunal. Nele, o autor é suposto listar suas principais reivindicações contra o acusado, junto com as bases fáticas e legais. A principal reivindicação do arcebispo e da FSSPX era que éramos seus agentes e procuradores. Nesse caso, éramos responsáveis pela aquisição e preservação dos bens em seu nome. Havíamos lesado seus bens e os ocupávamos ilegalmente.

"Gestor de bens imobiliários" não era, se bem me lembro, uma das tarefas atribuídas nas prescrições que o arcebispo leu durante o rito de ordenação.

Mas, de qualquer forma, na medida em que éramos envolvidos, considerando-se o direito civil que nos considera como agentes ou procuradores, o arcebispo agora ratificava os sacramentos duvidosos e impunha um Missal cripto-modernista com vista a uma "reconciliação" com o ecumenismo arqui-herético de Wojtyla, uma Igreja Mundial.(35) Por essa razão, Dom Lefebvre perdia todo direito moral de qualquer tipo à posse das igrejas que reivindicava, exatamente como fizeram os bispos diocesanos nos anos 60.

Um padre tradicional daquela época não estava em condição de lutar por seu rebanho através de uma batalha jurídica com seu bispo. Mas em 1983, graças a Deus, estávamos e nós fazê-lo-íamos.

## B. Preparação para Outras Ações Judiciais

Nosso advogado, temendo que o processo fosse complexo demais para sua pequena organização, contratou os serviços de um escritório maior de Nova York que tinha experiência nas leis sobre associações sem fins lucrativos. O padre Kelly e eu instruímos os advogados sobre o caso e sobre os elementos que minhas pesquisas sobre as contestações de propriedade das igrejas haviam revelado.

Esperando que um dia fôssemos processados em outros estados, visitei outros escritórios no Michigan, Pensilvânia, Minnesota e Ohio para instruí-los sobre o caso.

Minha conversa com um advogado de Cincinnati foi particularmente útil. Após uma revisão aprofundada da queixa que nossos adversários haviam apresentado em Nova York, ele descobriu um erro fatal cometido pelo advogado do arcebispo. Esse erro, disse ele, seria sua "bala de prata". Guarde-a em reserva até a audiência em Nova York. Depois use-a para desmantelar toda a argumentação deles. E, de fato, quatro anos depois, ele se provou certo.

## C. Um Objetivo Realista

Uma pergunta surge naturalmente: por que não usamos esse erro para obter um não-lugar desde o início?

Era uma questão de estratégia jurídica. Nossos adversários estavam determinados a processar a qualquer custo e teriam atacado de outra forma novamente. Enquanto esperávamos para solicitar um não-lugar, os arrastávamos por anos de procedimentos de instrução, e, após tudo isso, obter o não-lugar e forçá-los a retornar a outra jurisdição nas mesmas condições.

Dever raciocinar dessa maneira é preocupante, realmente. Mas quando você tem que lidar com um adversário implacável em nosso sistema legal frequentemente insensato, não tem outra escolha senão usar todas as armas que esse sistema oferece. Os resultados de um caso complexo em um tribunal americano são notoriamente imprevisíveis, e raramente se pode contar com uma vitória *total*. Para o arcebispo, suponho, uma vitória total teria sido nos colocar na rua, como ele frequentemente fez com padres na Europa. Para nós, teria sido mandá-lo de volta, ele e seus subordinados servilmente, para a França, com uma *boa viagem*, mas não um *adeus*.

Na realidade, porém, 80 a 90 por cento dos casos civis são de fato resolvidos por meio de negociação entre as partes. Em geral, isso acontece logo quando o caso deve ir a uma audiência oficial diante de um juiz.

Assim, entramos no processo sabendo que, embora uma vitória total fosse bem-vinda, o único objetivo realista a longo prazo era um acordo negociado com nossos adversários.

Naturalmente, isso teria preservado o máximo possível de grupos de fiéis. Isso provavelmente implicaria algum jogo de bens e outras concessões. É assim que o sistema americano funciona.

Mas oferecer negociar com nossos adversários logo após eles terem iniciado o processo não faria nada além de confirmar suas expectativas irreais. Dom Lefebvre e seus conselheiros pareciam pensar que poderiam nos esmagar no tribunal. Eles teriam que aprender algumas duras lições antes de considerarem negociar.

Esperávamos que esse processo de educação levasse um certo tempo, mas como estávamos na posse das propriedades e os fiéis nos apoiavam, estávamos dispostos a esperar.

De fato, como as coisas se desenvolveram, não tínhamos outra escolha, porque os processos na América ocorrem na velocidade de uma guerra de trincheiras conduzida por caracóis.

## D. Uma Primeira Vitória

Após o depósito da queixa, a próxima etapa em um processo consiste em tentar obter do juiz uma *Temporary Restraining Order* (TRO) contra o seu adversário. Isso o impede de mudar de qualquer maneira o *status quo* em seu conflito até o veredicto final de um julgamento completo.

Em agosto de 1983, os representantes do arcebispo tentaram obter um TRO contra nós. Isso teria congelado todas as contas bancárias das igrejas e, de fato, fechado todas as igrejas que atendíamos.

Tivemos uma audiência a esse respeito diante de um juiz. Graças a uma intervenção eloquente do padre Kelly, que verbalmente desmantelou o infeliz advogado do arcebispo, o juiz negou a ordem.

Assim, para a equidade do processo, continuamos a operar nossas várias paróquias como antes.

## E. Descobertas e Deposições

Em seguida, veio o que se chama a fase de "*descoberta*" do processo. Cada parte descobre as "*provas*" que o adversário pode ter em sua posse. Isso ocorre por meio de pedidos de documentos, respostas escritas a perguntas escritas ("*interrogatórios*") e, principalmente, por depoimentos.

Durante os depoimentos, uma testemunha de uma parte deve responder às perguntas orais do advogado da parte adversa. A testemunha deve falar sob juramento, e perguntas e respostas são transcritas por um tabelião.

A "*Descoberta*" é a fase mais longa dos procedimentos civis e a mais custosa devido à papelada legal necessária. Você descobre pelo menos de onde seu advogado tira grande parte de sua renda...

Fomos compelidos a convocar vários oficiais da FSSPX, incluindo Dom Lefebvre, a depor. Embora ele tenha desencadeado o processo, o arcebispo hesitou em testemunhar. Seus advogados lutaram contra a convocação até que o juiz lhes disse que ou o arcebispo aceitava depor diante de nossos advogados, ou os demandantes seriam indeferidos.

Assim, o arcebispo voltou da Europa para depor. Nos sentamos em volta da mesa frente a ele enquanto nossos advogados o interrogavam educadamente sobre as diferentes reivindicações de sua queixa contra nós. Naturalmente lamentável – mas foi ele quem atacou, e nós o havíamos avisado antecipadamente que seria um verdadeiro caos. Inicie um processo contra alguém na América, e mesmo que você seja um arcebispo, o réu tem o direito de convocá-lo a depor.

Esta seria a primeira de quatro deposições (no mínimo) que Dom Lefebvre teria que fazer para tantos processos, uma vez que a disputa se propagasse a outros estados. Outros oficiais da FSSPX também tiveram que depor. Naturalmente, os advogados de Dom Lefebvre também tinham o direito de nos convocar. Enquanto os padres Jenkins e Dolan tiveram depoimentos relativamente curtos, os principais alvos de nosso lado a serem extensivamente interrogados foram o padre Sanborn, o padre Kelly e, especialmente, eu, pois tinha estado intimamente associado a todas as organizações reivindicadas e mantinha os registros da organização.

Em um dado momento, estimei que, durante os quatro anos que duraram os processos, havia prestado depoimentos por cerca de trinta dias, seja em deposições ou em tribunais.

## F. Os Processos se Multiplicam

Atacar ou se defender em um processo complexo no sistema judiciário americano é como uma guerra, e, no nosso caso, as batalhas se estendem a outras frentes.

(1) Filadélfia. Uma das capelas cuja propriedade estava em disputa era a Igreja de São Cipriano em Eddystone, Pensilvânia, um subúrbio de Filadélfia. Ela era servida pelo Padre Hesson e, com uma ou duas exceções, os leigos locais aprovavam nossa posição contra o arcebispo.

Em outubro e novembro de 1983, no entanto, uma das "exceções" aparentemente persuadiu o Padre Williamson a pedir as chaves da igreja ao nosso coordenador leigo.

Quando ficou certo que seríamos processados pela capela de Eddystone, entramos com uma ação no tribunal federal da Filadélfia para garantir certos pontos de direito.

Lá, a FSSPX contra-atacou, apresentando algumas reivindicações semelhantes às que havia feito no processo de Nova York. Além disso, eles adicionaram uma alegação de que sua organização era uma hierarquia e que a jurisprudência da Pensilvânia exigia que o tribunal aplicasse as decisões tomadas por uma hierarquia religiosa em relação aos bens detidos por igrejas locais que lhe eram subordinadas.

Bem, essa era outra novidade para mim, porque a Igreja à qual eu pensava pertencer tinha apenas uma hierarquia, da qual apenas o Papa poderia ser o chefe. Um arcebispo aposentado não poderia fazer parte dessa hierarquia, segundo o meu livro – especialmente se esse livro fosse o Código de Direito Canônico, que colocava sua suposta "hierarquia" em um nível inferior ao de uma Confraria do Rosário laica.

O caso da Filadélfia envolveu mais descobertas, mais depoimentos, um julgamento (que perdemos) e dois recursos (que também perdemos). A Fraternidade recuperou a igreja, mas a maioria dos paroquianos (alguns dos quais testemunharam contra a FSSPX no julgamento) a abandonou.

Embora o resultado do caso de São Cipriano tenha sido uma amarga decepção para os padres e paroquianos, ele afetou apenas uma propriedade e uma paróquia. O precedente não necessariamente ajudaria a FSSPX em Nova York, porque as bases jurídicas da propriedade de uma igreja eram diferentes.

Houve um efeito benéfico indireto para nós, que nossos adversários não previram: nossos advogados nova-iorquinos, tendo sido também levados a litigar na Filadélfia, inevitavelmente atrasaram o caso de Nova York. E o atraso poderia favorecer um acordo posteriormente.

(2) Um Processo por Difamação. No outono de 1983, o boletim oficial do Distrito Sudoeste da FSSPX, *The Angelus*, publicou uma série de acusações difamatórias contra nós (por exemplo, que tínhamos colocado as igrejas "em nossos próprios nomes"), assim como o periódico tradicionalista *The Remnant*, que havia tomado o partido de Dom Lefebvre na controvérsia.

Entramos com uma ação por difamação no Tribunal Federal contra essas entidades e contra vários funcionários da FSSPX que estavam envolvidos, e as intimações foram entregues a eles enquanto participavam da consagração de uma igreja em *Long Island*.

A lei sobre difamação nos Estados Unidos é completamente irracional. Embora achássemos que certas declarações constituíam bons casos de difamação, o ajuizamento da ação era outra forma de manter a pressão sobre nossos adversários na desagradável guerra jurídica que eles haviam desencadeado.

A descoberta e os depoimentos desse processo se arrastaram.

Nossos adversários apresentaram uma moção de julgamento sumário a seu favor (um julgamento sem julgamento propriamente dito) alegando que todas as declarações eram a livre expressão de uma opinião - "liberdade de expressão", garantida pela Primeira Emenda! O juiz aprovou e decretou o arquivamento do caso.

No entanto, recorremos e o Tribunal de Apelações anulou as conclusões que o juiz havia proferido sobre certas declarações, restabeleceu nosso caso e ordenou o prosseguimento do processo. Ironicamente, o autor de algumas das declarações incriminadas era o Padre Bolduc. Suspeitávamos que sua veemência em nos denunciar era provocada pela esperança de que, agindo assim, ele pudesse evitar a punição que o arcebispo já estava planejando para ele. Mas foi em vão, a guilhotina caiu sobre ele no ano seguinte. O Padre Schmidberger então publicou um ataque contra o Padre Bolduc no *The Angelus*.

(3) Virginia Beach. Aqui, servíamos uma paróquia em uma capela que era de propriedade de uma associação leiga. Um dos administradores, uma espécie de cavalo de Troia da FSSPX, apresentou uma queixa contra o resto dos administradores para nos tirar da capela e colocar o Padre Williamson lá. Isso levou a outra descoberta e outros atrasos para o caso de Nova York.

Posteriormente, as partes se encontraram perante um tribunal de primeira instância com o delegado do tribunal. O delegado decidiu a favor dos administradores que queriam manter nossos padres.

(4) O Seminário de Connecticut. Nossos padres eram maioria no conselho da associação que possuía o Seminário de São Tomás de Aquino em Ridgefield. Portanto, estávamos em uma posição forte para expulsar os partidários do arcebispo da propriedade do seminário. Obviamente, esta seria uma arma séria contra nossos adversários. Então, um ano após o início do conflito, entramos com uma ação judicial no tribunal estadual de Connecticut para a posse do seminário, e quando

Dom Lefebvre saiu do carro em 20 de maio de 1984, ele recebeu a intimação.

Nesse momento, disse o Padre Williamson, o arcebispo teve um "olhar de sofrimento" no rosto. É claro – mas nenhum sofrimento em relação aos padres questionáveis e às falsas anulações. Novamente, outra descoberta e outros depoimentos se seguiram.

Mais uma vez, a lei sobre disputas de propriedade de igrejas em Connecticut era ligeiramente diferente da de Nova York. Se perdêssemos o caso de Nova York, teríamos levado o caso de Connecticut até o fim.

---

Revision #6
Created 16 December 2024 23:07:45 by Admin
Updated 17 December 2024 21:12:07 by Admin